



## O drama das crianças no Quilombo em Bacabal

# Kauan, a esperança em vida

Encontrado após quatro dias de angústia, Wanderson Kauan, de 8 anos, tornou-se o símbolo de resistência no Quilombo de São Sebastião dos Pretos. Mesmo debilitado, seu resgate traz uma luz vital para as buscas: o relato de que Ágatha e Allan Michael também seguem vivos na mata. A comunidade e a polícia agora correm contra o tempo por esse reencontro.

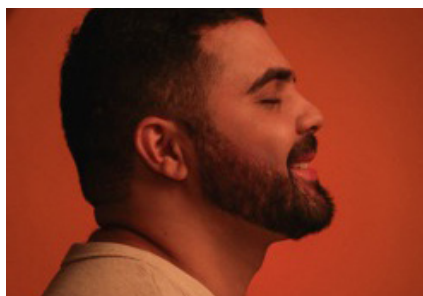
### OPINIÃO

RUBENS PEREIRA



## A força da unidade e a lição de quem viu tudo começar

### Trio maranhense lança álbum de estreia em show



### Maranhense Domiere lança nova música

O maranhense ressurge envolvido no romantismo, discorrendo sobre o amor que nutre como o "Meu Sol".



### Abastecimento de água é interrompido em São Luís. Saiba quais bairros vão ficar sem água hoje

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) informou por meio de nota que o Sistema de Abastecimento de Água Italuís terá sua operação temporariamente interrompida nesta quinta-feira (8), a partir das 6h. Segundo a CAEMA, a medida é necessária para a realização de uma intervenção técnica corretiva, com o objetivo de reparar um vazamento identificado na adutora.

### EUA apreendem dois navios da Venezuela

### BASTIDORES

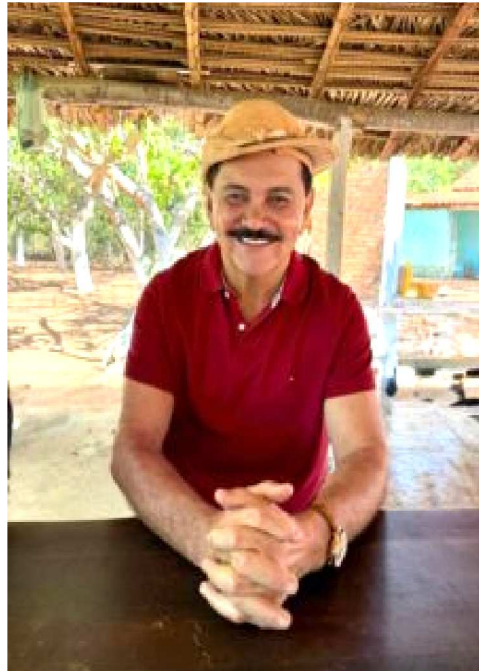
Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



### Eleições forçam Brandão a trocar sete secretários

# A Força da Unidade e a Lição de Quem Viu Tudo Começar

RUBENS PEREIRA



Na política, assim como na vida, o tempo atua como o soberano da razão. Minha trajetória, construída ao longo de décadas, permite-me afirmar com orgulho: sou um dos poucos remanescentes que auxiliaram no plantio da semente deste projeto político e que permanecem firmes em sua defesa até os dias atuais. É justamente por ter sido um agente ativo em cada batalha que possuo a legitimidade para asseverar uma premissa histórica: quando nosso grupo marcha unido, vence eleições; quando se fragmenta, ficamos à mercê do imponderável.

A realidade política que vivenciamos hoje tem sua gênese em um ato de coragem ocorrido em 2004. Eu estava presente quando o então governador Zé Reinaldo Tavares pro-

tagonizou a ruptura histórica com o grupo Sarney. Naquele momento, nosso projeto começou a ganhar corpo. A consolidação veio em 2006, quando caminhamos ao lado do governador Dr. Jackson Lago rumo a uma vitória memorável, interrompida precocemente por uma cassação injusta em 2009.

Durante os anos de oposição ferrenha à gestão da governadora Roseana Sarney, nosso grupo não apenas resistiu, mas se renovou. Foi nesse cenário adverso que o deputado estadual Rubens Pereira Jr. emergiu como uma liderança incansável na Assembleia Legislativa. Mais do que um jovem parlamentar, ele se estabeleceu como nosso braço técnico, combatendo os desmandos governamentais e demonstrando à sociedade maranhense a viabilidade de um caminho alternativo.

A força dessa construção coletiva tornou-se evidente em 2012, quando oferecemos suporte decisivo à campanha de Edivaldo Holanda Jr., culminando em sua eleição para a Prefeitura de São Luís. Aquele triunfo municipal serviu como um prelúdio do que estava por vir em âmbito estadual.

Em 2014, o Maranhão virou, definitivamente, a página de sua história. Constituímos uma chapa imbatível: Flávio Dino para o governo, Carlos Brandão como vice e Roberto Rocha para o Senado. Foi o início de uma grande transformação. A excelência do trabalho realizado refletiu-se em 2018, quando a população renovou a confiança no projeto: Flávio foi reeleito, Brandão manteve-se na vice-governadoria e elegemos Eliziane Gama e Weverton Rocha — que teve minha esposa, Suely Pereira, como suplente — para o Senado Federal. Foram vitórias ex-

pressivas, alicerçadas no respeito mútuo aos aliados e na ocupação legítima dos espaços políticos.

Ao longo desse período, a atuação do deputado Rubens Pereira Jr. revelou-se fundamental. Seja exercendo a liderança da oposição na Assembleia, ocupando uma Secretaria de Estado ou atuando como deputado federal em Brasília, ele sempre funcionou como um ponto de equilíbrio. Sua capacidade de articulação auxiliou Flávio Dino e Carlos Brandão na construção das alianças que garantiram a robustez e a governabilidade de nossas gestões, provando que a boa política se faz com lealdade.

Em 2022, ratificamos, mais uma vez, que a unidade é o nosso maior patrimônio. O governador Carlos Brandão assumiu o comando do Estado com a competência já reconhecida pelos maranhenses. Fomos às ruas, e o resultado confirmou nossa tese: Brandão foi reeleito governador no primeiro turno, Felipe Camarão eleito vice-governador e Flávio Dino escolhido senador da República.

Hoje, na condição de secretário de Estado licenciado, declaro com a consciência tranquila: ninguém se dedicou mais do que eu, nestes mais de vinte anos, à manutenção da harmonia deste grupo. Ajudei a fundar este projeto e sigo vigilante para que não esqueçamos a lição primordial: a união do grupo resulta na vitória do Maranhão.

No entanto, a política é a arte dos gestos e dos sinais. Os movimentos recentes despertam em mim um sentimento de ceticismo quanto à preservação de uma unidade plena daqui para a frente. Onde prevalece a união, a vitória é certa. E é com esse espírito que pretendemos continuar vencendo.

ARTIGO

## O Brasil que nos espera

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil



O Brasil chega em 2026 numa situação das mais complexas — antes dizíamos complicada — sob todos aspectos envolvendo os três Poderes. No Executivo acusações as mais diversas que certamente serão amplificadas, algumas com provas outras não, com o desenrolar da campanha eleitoral No Legislativo, além do Senado e a Câmara não se entendem, vivem batendo de frente com o Executivo sempre em defesa de interesses próprios, não do povo. O Judiciário nunca se viu tão atacado e mergulhado em tantos escândalos envolvendo alguns de seus ministros.

Denúncias que não se comprovam, mas que também não são desmentidas. Faço este comentário constrangido e lamentando a situação, pois convivi com todos os Poderes quando havia elegância e mais pudor. O tempo cuidou de mudar a situação. O povo ficou alienado, desprezando a política, abrindo espaço para a ascensão de despreparados e oportunistas. E esta não é uma realidade brasileira. Veja, analise, é uma realidade mundial. Não há uma liderança mundial do tamanho dos que conduziram o tempo em meados do século passado.

As chamadas lideranças mundiais hoje são inexpressivas e muitas têm comportamento ditatorial o que leva o mundo a um exaustivo processo de tensão. E nada indica que teremos mudanças. Bem ao contrário, assistimos o mundo caminhando para o radicalismo impulsionado pelo autoritarismo e pela ganância financeira. É preciso ficar atento. Em 2026 o Brasil tem a oportunidade de começar a mudar sua realidade política. Vamos escolher um novo presidente, um novo Congresso, novos governadores e novas Assembleias Estaduais.

É hora de agir de forma consciente, escolher pessoas realmente preparadas, não falsos líderes, não pessoas apenas famosas em suas profissões, não aventureiros, muitos dos quais estão aí exercendo mandatos sem qualquer compromisso com o eleitor que o colocou no cargo na esperança de ter um representante. Alguém que aja no interesse coletivo. Fomos nós eleitores que colocamos o país na situação em que está seguindo radicais, seguindo falsos líderes. Cabe a nós fazermos o caminho de volta.

ARTIGO

## IA na sala de aula: aliado, vilão ou novo professor?

ANDRÉ SANTOS

Professor de Tecnologias na Educação



A Inteligência Artificial chegou à sala de aula antes mesmo de muitos educadores perceberem. Enquanto alguns a veem como um avanço inevitável, outros a encaram como ameaça direta à profissão docente. Diante disso, surge a pergunta que inquieta pais, professores e alunos: afinal, a IA é aliada, vilã ou está tentando assumir o papel de novo professor?

O primeiro ponto é reconhecer que ela já participa do cotidiano escolar. Os alunos usam IA para resumir textos, resolver exercícios, traduzir conteúdos, criar apresentações e até escrever redações. Professores utilizam sistemas de correção automática, plataformas adaptativas e recursos de planejamento. E gestores dependem de dados gerados por algoritmos para acompanhar desempenho e evasão. Ou seja: a IA já está na escola — quer a gente aceite ou não.

O problema, porém, não é a tecnologia. É como ela está sendo usada.

Para muitos estudantes, a IA virou atalho. Em vez de aprender, apenas pedem para o chatbot “resolver por eles”. Isso cria uma falsa sensação de competência e ameaça habilidades básicas como leitura, interpretação, argumentação e organização do pensamento. A tentação de substituir o esforço pelo algoritmo é grande — e isso preocupa.

Por outro lado, ignorar a IA ou proibi-la é tão ineficaz quanto tentar impedir o aparecimento da calculadora. O mundo mudou. A escola precisa acompanhar.

A IA pode, sim, ser uma poderosa aliada. Ela ajuda a personalizar o ensino, criar materiais adaptados, traduzir conteúdos para alunos com dificuldades, gerar exercícios sob medida e liberar o professor de tarefas repetitivas para que ele faça aquilo que nenhuma máquina faz melhor: ensinar com sensibilidade, empatia e intencionalidade pedagógica.

A grande questão é que a IA não ensina sozinha. Ela entrega respostas, mas não forma cidadãos críticos. Ela explica conteúdos, mas não conhece o contexto socioemocional do aluno. Ela cria textos, mas não educa para a ética, o diálogo e a convivência. E é justamente aí que mora a diferença entre ferramenta e professor.

O docente do século XXI não é alguém ameaçado por máquinas. É alguém que precisa aprender a dominar a tecnologia, incorporá-la ao planejamento e ensinar seus alunos a fazer uso responsável, ético e criativo das novas ferramentas. A IA não substitui o

professor — substitui quem se recusa a evoluir.

No Maranhão, onde a escola pública enfrenta desafios históricos de infraestrutura, formação docente e desigualdade digital, a IA pode ser tanto remédio quanto veneno. Se usada sem orientação, aprofunda desigualdades.

Mas se integrada de forma estratégica, pode democratizar o acesso ao conhecimento, enriquecer as aulas, apoiar professores sobrecarregados e ampliar oportunidades para jovens que têm pouco acesso a recursos educacionais.

Por isso, a pergunta central não é se a IA será vilã, aliada ou novo professor. A pergunta é: que papel queremos que ela desempenhe?

A tecnologia não tem moral, nem intenção. Quem define seu uso somos nós. Cabe ao poder público garantir formação continuada, políticas educacionais que incluam competências digitais e acesso equitativo às ferramentas.

Cabe às escolas orientar, mediar e criar sentido pedagógico. E cabe aos alunos aprender a usar a IA como apoio, não como substituta do próprio esforço.

No fim das contas, a IA não veio para ocupar a cadeira do professor. Veio para mudar a forma como ensinamos e aprendemos. E o professor que souber assumir seu novo papel — o de curador, mediador e mentor — continuará sendo insubstituível.

A Inteligência Artificial pode até resolver problemas. Mas somente o professor consegue formar pessoas.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II  
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

**Pedro Freire**  
Diretor-Presidente  
pedrofreire@oimparcial.com.br

**Celio Segio**  
Diretor Executivo

**Patrícia Freire**  
Gerente Financeira  
patriciafreire@oimparcial.com.br

**Raimundo Borges**  
Diretor de Redação

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO  
(98) 99144-5641

COMERCIAL  
(98) 99116-1624

Marketing  
98 9 8175 4604

REDES SOCIAIS  
Whatsapp: (98) 99144-5641  
Twitter: @oimparcialonline  
Instagram: @oimparcial  
www.oimparcial.com.br

JUSTIÇA

# Primeira-dama de Turilândia é exonerada

Publicada no Diário Oficial, demissão de Eva Curió marca novo desdobramento da Operação Tântalo e do escândalo político que desviou R\$ 56 mi dos cofres de Turilândia

SAMARTONY MARTINS

O escândalo envolvendo os desvios de recursos públicos no município de Turilândia ganhou um novo capítulo com a exoneração da primeira-dama da cidade de um cargo no governo estadual. Presa preventivamente desde o dia 22, Eva Maria Oliveira Cutrim Dantas, conhecida como Eva Curió, foi desligada da função de superintendente de Articulação Regional da Secretaria de Estado da Articulação Política, cargo de simbologia DGA, lotada na regional de Viana.

A demissão foi oficializada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado no último dia 5, com efeitos retroativos ao dia 24 do mês anterior. Antes de ser alvo das investigações, Eva Curió vinha se apresentando como pré-candidata a deputada estadual e chamava atenção pelo peso político e pela intensa movimentação de sua pré-campanha.

De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, Eva Curió e o marido, o prefeito afastado de Turilândia, Paulo Curió, são apontados como líderes de um esquema criminoso responsável pelo desvio de cerca de R\$ 56 milhões dos cofres municipais ao longo dos últimos quatro anos. As investigações indicam a existência de fraudes em licitações e contratos públicos como principal mecanismo de atuação do grupo.

## Turilândia permanece sob gestão interina do presidente da Câmara Municipal

A segunda fase da Operação Tântalo resultou na prisão de 21 pessoas, entre elas a vice-prefeita Tanya Mendes e os 11 vereadores do município. Paulo Curió e Eva Curió estão detidos na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. O casal deveria prestar depoi-

mento na Procuradoria-Geral de Justiça na terça-feira (6), mas a oitiva foi adiada a pedido das defesas e está prevista para acontecer nesta quinta-feira (8). Já Tanya Mendes e o marido, Hyan Alfredo Mendonça Silva, serão ouvidos nesta quarta-feira (8).

Na última segunda-feira (5), também foram ouvidos pelo Ministério Público o médico Eustáquio Diego Fabiano Campos, apontado como agiota e financiador do grupo; Clementina de Jesus Pinheiro, ex-pregoeira do município; Wandson Jonath Barros, contador considerado peça-chave do esquema; a ex-vice-prefeita Janaína Soares Lima; e o marido dela, Marlon de Jesus Arouche Serrão.

Com o avanço das investigações e o afastamento das principais lideranças políticas locais, Turilândia permanece sob gestão interina do presidente da Câmara Municipal, José Luís Araújo Diniz, que atualmente cumpre prisão domiciliar monitorada por torzeleira eletrônica.

## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## Eleições forçam Brandão a trocar sete secretários

Quando chegar o mês de abril, o governador Carlos Brandão terá de fazer a sua maior reforma administrativa, empurrada pela regra da desincompatibilização, imposta pela Justiça Eleitoral. Pelo menos sete secretários estão se preparando para dar adeus ao cargo, ao mesmo tempo agindo politicamente como pré-candidatos às cadeiras da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema). Ao mesmo tempo Brandão já sonda uma lista de nomes que irão compor a gestão estadual nos nove meses que seguem o final do governo, que começou na mesma data de 2022. Foi quando Flávio Dino renunciou para concorrer ao Senado e o vice assumiu, disputou a própria sucessão e ganhou no primeiro turno.

Até agora não é do conhecimento público se algum prefeito do interior maranhense está disposto a deixar o cargo para disputar a eleição estadual seja para qual mandato for. Apenas o de São Luís, Eduardo Braide (PSD), que vem de uma reeleição folgada em 2024, é visto como pré-candidato ao Palácio dos Leões, mesmo sem nunca declarar tal objetivo. Ele pontua nas lideranças das pesquisas de intenção de voto desde o momento em que foi reeleito. Porém, sabe que não é fácil para um prefeito arriscar uma aposta tão desafiadora, contra a máquina governamental estadual e sem estrutura partidária à sua volta.

Os secretários de Brandão que se preparam para disputar as eleições são: Sebastião Madeira, (Casa Civil), Tiago Fernandes (subsecretário da Casa Civil), Paulo Casé (Secretário de Ação Social), Abigail Cunha de Almeida Sousa (Secretária da Mulher), Natácio Weber (Secretário de Ciência e Tecnologia) e Vagtônio Brandão (presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão (Agemsul). Ele atua na região mais próspera no interior do Estado, cuja economia está diretamente vinculada ao Agro, nas versões de agricultura e pecuária. O setor puxa outros segmentos econômicos como indústria, comércio e serviços. É a região de mais forte apelo bolsonarista do Maranhão.

Porém, antes que o governador anuncie a demissão dos secretários pré-candidatos e a nomeação de seus respectivos substitutos, o que todos no Maranhão querem saber é o seguinte: Carlos Brandão também deixará o governo, ou seguirá o instinto, revelado aqui e acolá, de ficar para apoiar o sobrinho Orleans Brandão? Ele também como secretário de Assuntos Municipais terá o mesmo prazo de abril para se desincompatibilizar e disputar o Palácio dos Leões. Portanto, até agora, Orleans é o sétimo secretário estadual com menos de três meses para se tornar ex-secretário.

Não resta dúvida de que o vice-governador Felipe Camarão (PT) – único desse time de demissíveis que não precisa se desincompatibilizar – também conta os dias, na expectativa do que vai acontecer com seu companheiro de chapa de 2022. A outra expectativa é sobre uma nova reunião do governador Brandão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília ou São Luís, para debater as eleições gerais de outubro, inclusive a própria candidatura do petista a um novo mandato. Ele tem agendada nova rodada de peregrinação política pelo Nordeste, região que se tornou sustentáculo de suas eleições.

Lula e Brandão estão liderando fortemente as pesquisas de intenção de voto no Brasil e no Maranhão, respectivamente. A diferença é que o presidente vai para a reeleição e o governador não só não pode mais concorrer como pretende deixar no cargo o sobrinho Orleans, o que seria um fato histórico. Porém, ele se reveza na liderança das pesquisas com o prefeito Eduardo Braide, do PSD, legenda com a qual o PT está formalizando coligação em vários estados do Nordeste. O Maranhão, portanto, não seria surpresa. Nunca esquecer que o médico Lahesio Bonfim (Novo) já provou em 2022 que é um nome eleitoralmente respeitável no ambiente bolsonarista do Maranhão. Em Imperatriz, por exemplo, ele lidera a parada.

## ESTRADA DE RIBAMAR

# Justiça obriga Estado a garantir acessibilidade

Decisão da Justiça obrigou o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a providenciar, no prazo de 120 dias, o Projeto Executivo de Acessibilidade da Estrada de Ribamar (Rodovia MA-201, no trecho compreendido entre o Condomínio Vitória e o Shopping Pátio Norte.

Esse projeto deve detalhar todas as intervenções necessárias para tornar o trecho da Estrada de Ribamar acessível, seguindo todas as determinações e normas técnicas brasileiras, especialmente a ABNT NBR 9050:2020 e as diretrizes de sinalização sonora do Conselho Nacional de Trânsito, para sinalização de semáforo sonora.

O Estado do Maranhão deve iniciar as obras no prazo máximo de 60 dias após a aprovação do Projeto Executivo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos e concluir em dois anos, a contar da data de início da execução dos trabalhos.

## ETAPAS DA OBRA



Na sentença, o juiz Douglas de Me-

lo Martins (foto), titular da Vara, estabeleceu que a execução da obra deve ser feita em duas etapas. A primeira etapa (50%) deve ser concluída em até um ano e a segunda etapa (50% restante), ao final de dois anos. E ficou fixada multa diária no valor de R\$ 10 mil no caso de atraso no cumprimento da ordem judicial.

O Estado deverá apresentar, ainda, a cada seis meses, relatórios circunstanciados à Vara e ao Ministério Público, demonstrando o andamento físico e financeiro da obra, e a conformidade com os padrões de acessibilidade.

Ao considerar a complexidade e a extensão da Rodovia MA 201, o juiz estabeleceu que a decisão deverá ser cumprida de forma estruturada para permitir o planejamento e a alocação de recursos pelo Executivo “sem causar desequilíbrio abrupto nas contas públicas”.

## PARECER TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

Conforme Parecer Técnico de Acessibilidade juntado ao processo constatou a falta de rebaixos de calçadas, rampas com inclinação irregular, pisos instáveis e falta de sinalização sonora, tornando o local inacessível.

A situação existe desde a denúncia inicial em 2018 e se confirmou em 2024, representando uma inação abusiva e inconstitucional por parte do Poder Público, que se mostra negligente em garantir direitos fundamentais em uma área de sua responsabilidade precípua, informou a sentença judicial.

“O direito de locomoção, de participação social e o direito à segurança fi-

sica do cidadão com deficiência estão sendo sistematicamente violados pela inércia do Estado”, afirmou o juiz no texto.

## PROCESSO ESTRUTURAL

Na análise da questão, Douglas Martins considerou que a proposta do Ministério Público – de adoção de um modelo de processo estrutural e de execução progressiva – demonstra ser a solução mais adequada, por garantir a efetividade do direito fundamental de forma sustentável e planejada.

A solução judicial, diz a sentença, deve reconhecer essa natureza e buscar uma implementação progressiva e coordenada, em colaboração com o planejamento administrativo.

A fixação de um cronograma escalonado e coerente com os ciclos orçamentários (anual e plurianual), como sugerido pelo Ministério Público, atende ao artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “pois reconhece as dificuldades logísticas e financeiras da execução de uma obra de infraestrutura de grande extensão, mas impede que essas dificuldades sirvam de justificativa para a inércia eterna”.



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# EUA apreendem dois navios da Venezuela

De acordo com a secretária nacional de Segurança Interna, Kristi Noem, os dois navios-tanques atracaram ou estavam a caminho da Venezuela.

ALEX RODRIGUES  
AGÊNCIA BRASIL

A Guarda-Costeira dos Estados Unidos apreendeu dois navios-petroleiros na manhã desta quarta-feira (7). Segundo autoridades do país, as duas embarcações foram interceptadas em águas internacionais, em cumprimento a um mandado judicial emitido por um tribunal federal estadunidense, por violarem sanções comerciais impostas pelos EUA.

De acordo com a secretária nacional de Segurança Interna, Kristi Noem, os dois navios-tanques atracaram ou estavam a caminho da Venezuela. O *Marinera*, de bandeira russa, foi alcançado em um ponto do Atlântico Norte que, segundo dados do site de tráfego marinho *Marinetraffic*, fica na zona econômica exclusiva da Islândia.

Antes registrado com o nome *Bella I*, o *Marinera* passou semanas sendo perseguido pela Guarda Costeira dos

Estados Unidos, conforme informou Kristi. “Este petroleiro vinha tentando fugir da Guarda Costeira há semanas, até mesmo mudando sua bandeira e pintando um novo nome no casco, em uma tentativa desesperada e fracassada de escapar”, afirmou a secretária em um texto publicado nas redes sociais.

O segundo navio-tanque, identificado como *M/T Sophia*, foi apreendido perto do Caribe. De acordo com o Comando Sul dos EUA, “a embarcação interdita estava operando em águas internacionais, realizando atividades ilícitas” e, agora, será escoltada pela Guarda Costeira até os Estados Unidos.

Também nas redes sociais, o secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth, reafirmou que o bloqueio à comercialização de petróleo venezuelano “sancionado e ilícito permanece em pleno efeito, em qualquer lugar do mundo”. “Os Estados Unidos continuam a impor o bloqueio contra todos os navios fantasmas que transportam,

ilegalmente, petróleo venezuelano para financiar atividades ilícitas, roubando do povo venezuelano. Somente o comércio de energia legítimo e legal – conforme determinado pelos EUA – será permitido”, escreveu.

## Violação do direito marítimo internacional

Segundo a agência de notícias Reuters, o governo russo classificou a apreensão do *Marinera* como uma violação do direito marítimo internacional. “De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, a liberdade de navegação se aplica em alto-mar, e nenhum Estado tem o direito de usar a força contra navios devidamente registrados nas jurisdições de outros Estados”, informou o Ministério dos Transportes, assegurando que as autoridades russas perderam o contato com o navio após abordagem das forças dos EUA

## SAÚDE PÚBLICA

# Governo vai construir primeiro hospital inteligente do SUS

ANA CRISTINA CAMPOS  
AGÊNCIA BRASIL

O governo federal vai construir o primeiro hospital público inteligente do Brasil na cidade de São Paulo. Os recursos virão do empréstimo de R\$ 1,7 bilhão do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco do Brics. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (7) em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha e da presidenta do NDB, Dilma Rousseff.

Presidenta do NDB, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura de contrato, no Palácio do Planalto. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Segundo o Ministério da Saúde, o hospital será referência nacional e modelo de assistência em saúde totalmente digital para os países do bloco. A unidade atenderá os pacientes da rede pública com medicina de alta precisão, apoiada por inteligência artificial e outras tecnologias emergentes. Integrará, também, a rede de hospitais e serviços inteligentes com 14 unidades de terapia intensiva (UTIs) automatizadas, que funcionarão de forma interligada em diversos estados.

A modernização de hospitais de excelência do Sistema Único de Saúde (SUS) também faz parte do projeto. O novo hospital vinculado à Universidade de São Paulo (USP) terá um setor de emergência com 250 leitos e capacidade para atender 200 mil pacientes por ano. A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) contará com 350 leitos conectada com as UTIs inteligentes. Haverá 25 salas para cirurgia. A previsão para que a unidade fique pronta é de três a quatro anos.

Os serviços inteligentes de saúde usam infraestrutura com tecnologias digitais para otimizar processos e melhorar os resultados para os pacientes. Segundo o ministro, o primeiro hospital inteligente poderá reduzir em mais de cinco vezes o tempo de espera por atendimento especializado em situações de urgência e emergência.

Também foi anunciada a modernização de hospitais do SUS da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do novo hospital Oncológico da Baixada Fluminense, do novo hospital do Grupo Hospital Conceição, no Rio Grande do Sul, do Instituto do Cérebro, no Rio de Janeiro, de hospitais federais do Rio incluindo os da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Para a reestruturação dos hospitais federais do Rio serão investidos R\$ 1,2 bilhão.

Presidente Lula: hospital vai avançar na imagem positiva do SUS. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Para o presidente Lula, o hospital inteligente também vai avançar na imagem positiva do SUS, resgatada na participação do sistema público na crise da covid-19. “O SUS era tratado de forma muito pejorativa, ou seja, só se mostrava desgraça no SUS, só se mostrava miséria no SUS, só se mostrava morte no SUS”, disse Lula acrescentou a população mais vulnerável tem que se beneficiar com as novas tecnologias. “Nós precisamos garantir que o povo mais humilde não pode ser invisível. Ele tem que ser olhado. É para eles que a gente governa. É em função dele que nós temos que melhorar a coisa.” “Há um grande esforço de modernização tecnológico do SUS para ofertar para a população brasileira de graça o mesmo que os principais hospitais de excelência privados do país. Hoje estamos em outra fronteira. Esse contrato vai trazer um salto além, que é trazer para o Brasil aquilo que nem os maiores hospitais privados brasileiros oferecem ainda”, disse o ministro da Saúde.

A presidenta do NDB disse que o prazo para pagamento do empréstimo é de 30 anos e destacou que China e Índia são parceiras no projeto. “Esse contrato vai muito além do investimento em estrutura hospitalar. Ele faz parte do compromisso do banco em promover o desenvolvimento, que significa hoje o acesso à tecnologia”, afirmou Dilma.



## FIQUE SABENDO

# Nova lei proíbe descontos em benefícios do INSS



## DE ACORDO COM A MUDANÇA NA LEI, ESTÁ VEDADO O DESCONTO MESMO COM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO BENEFICIÁRIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que proíbe descontos de mensalidades de associações nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A nova legislação determina ainda busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu ressarcimento.

A mudança, promovida na Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), veda o desconto mesmo com a autorização expressa do beneficiário, atribuindo a obrigação de ressarcimento de desconto indevido a associação ou a instituição financeira em até 30 dias. A exceção é para autorização prévia, pessoal e específica, com autenticação por biometria, com reconhecimento facial ou impressão digital e as-

sinatura eletrônica.

A nova lei foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (7) e também disciplina o sequestro de bens de pessoas investigadas ou acusadas pelos crimes relativos ao desconto indevidos nos benefícios do INSS.

O debate que resultou com a mudança na legislação teve início após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a Operação Sem Desconto, em abril de 2025. A investigação tornou pública a existência de um esquema que levou milhões de beneficiários do INSS em todo o Brasil. Desde então, todos os acordos de cooperação técnica que permitiam mensalidades associativas diretamente nos benefícios foram suspensos. Uma força-tarefa foi iniciada para a devolução dos valores aos

pensionistas lesados.

De acordo com o último balanço do INSS, até o dia 5 de janeiro já foram ressarcidos R\$ 2.835.784.151,87 às vítimas de descontos irregulares de mensalidades cobradas por associações, sindicatos, entidades de classe e organizações em benefícios previdenciários. O valor corresponde a 4.160.369 solicitações de contestação apresentadas por aposentados e pensionistas que questionaram os descontos irregulares.

Mais de 72,5 milhões de consultas sobre descontos indevidos foram registradas no aplicativo Meu INSS, das quais 38,7 milhões constataram a inexistência do desconto. Ainda há mais de 6,3 milhões de pedidos de contestações em aberto. Já foram reconhecidos 131.715 casos de descontos indevidos.

São Luís, quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO – CAEMA

ATA DA 482ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO – CAEMA.

Do primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na sede da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, CNPJ nº 06.274.757/0001-50, NIRE nº 21300003711, situada à Rua Silva Jardim, nº 307 – Centro, CEP: 65.020-560, nesta cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para tratar sobre a seguinte pauta: 1. **Apreciar o Processo SEI 2025.120206.00189: Elaboração do Regulamento das Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal; O Item 2. Apresentação do Processo SEI 2025.120206.18585: Nota Técnica Nº 001/2025 PRR/CAEMA; O Item 3. Eleição de Membro Representante do Empregado no Comitê de Conduta e Integridade – CCI, conforme Art. 71 do Estatuto Social da CAEMA; O Item 4. Apresentação dos Impactos da Tarifa Social na Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA; O Item 5. O que mais ocorrer.** Esta reunião é referente ao mês de agosto. Participaram da presente reunião os Conselheiros Roberto Santos Matos, Marcos Aurélio Alves Freitas, Marcos Antonio Silva do Nascimento, Marco Andrade Novaes, Ana Flávia Lima Teles da Hora, Jeony Caldas Carvalho Aguiar e José de Ribamar Soares Fonseca. Foram convidados e estiveram presentes: Mauro Sérgio Muniz dos Santos – Diretor de Comercialização e Atendimento ao Cliente; Tallyta Cilene Santos Leite – Chefe da Procuradoria Jurídica; Yago Fajanas Paixão – Chefe da Assessoria de Governança e Regulação; Assistente Administrativa da Assessoria de Governança e Regulação, Marcia Regina Carvalho Sousa; Presidente do STIU-MA, Rodolfo César Fonseca; Antonio Fernando Pereira, membro do STIU MA da Comissão Eleitoral; e Wellington Araújo Diniz, Secretário de Assuntos Jurídicos do STIU-MA. E para secretariar os trabalhos, Andréa Ramos Pereira, Secretária do Conselho de Administração. Constituída a mesa e considerando o número legal para deliberações, o Presidente do Conselho, Roberto Santos Matos, deu início aos trabalhos, declarando instalada a Sessão, sendo efetuada a leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado e nos Jornais O Imparcial e Pequeno nos dias 22, 25 e 26 de setembro de 2025. Terminada a leitura do Edital de Convocação, o Presidente do Conselho de Administração retomou a pauta da ordem do dia e submeteu à apreciação o Item 01 da pauta que trata de 1. **Apreciar o Processo SEI 2025.120206.00189: Elaboração do Regulamento das Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal; O Assessor de Governança e Regulação, Yago Fajanas Paixão** apresentou a reunião do Conselho de Administração a proposta de Regulamento para a eleição dos Representantes dos Empregados no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA. Na oportunidade, destacou que o objetivo do regulamento consiste em orientar e disciplinar o processo eleitoral, em observância ao disposto no artigo 29 da Lei nº 6.404/1976, nos artigos 13 e 19 da Lei nº 13.303/2016, bem como na Cláusula 62 do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025. Ressaltou-se que o Conselho de Administração deve ser composto por um representante dos empregados, eleito por eleição direta, e que o Conselho Fiscal deve contar com um membro e respectivo suplente escolhidos também pelos empregados, em eleição coordenada pela Companhia em conjunto com a entidade sindical representativa, no caso o Sindicato dos Urbanitários do Maranhão – STIU-MA. Foram expostas as fundamentações legais aplicáveis: a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatistas), o Decreto nº 11.048/2022 (que regulamenta a Lei nº 13.303/2016 e promoveu alterações nas competências do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração), o Estatuto Social da Companhia, e a Política de Indicação, Avaliação, Sucessão e Remuneração. O regulamento proposto contempla algumas peças e modelos de documentos relevantes, tais como: Edital, Regulamento Eleitoral, Listagem de empregados ativos, Calendário Eleitoral, Requerimento de inscrição e habilitação, Termo de responsabilidade, Modelos de recurso de indeferimento, impugnação, contrarrazões, recurso contra resultado da eleição e contrarrazões aos recursos, Modelo de apresentação de currículos e propostas de atuação e Cadastro de administrador. Foi detalhado que o regulamento abrange as seguintes disposições: I) **Candidatos e condições de elegibilidade:** ficam impedidos representantes de órgãos reguladores, políticos e ocupantes de cargos de confiança no setor público; II) **Comissão Eleitoral:** composta por seis membros titulares e seis suplentes, todos empregados ativos, sendo metade indicada pela Diretoria Executiva da CAEMA e a outra metade pelo STIU-MA. A comissão terá competência para deferir e indeferir inscrições, bem como julgar impugnações e recursos; III) **Colégio Eleitoral:** formado exclusivamente por empregados públicos efetivos e ativos da Companhia, com direito de votar e serem votados apenas aqueles com vínculo empregatício permanente e regular; IV) Etapas do processo eleitoral: inscrições, homologações, impugnações, campanha eleitoral, votação, apuração e proclamação dos resultados; V) Exigências aos eleitos: observância integral das normas legais e internas aplicáveis aos Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais, inclusive no tocante às responsabilidades após o exercício do mandato. No âmbito das propostas apresentadas, destacam-se como sugestões manifestadas pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, os seguintes pontos: a) A apuração dos votos em local independente, a fim de garantir maior transparência; b) A possibilidade de a presidência da Comissão Eleitoral ser exercida por profissional externo, de reputação ilibada, notório saber e experiência em Governança Corporativa, assegurando imparcialidade e lisura no processo; c) A utilização de meio tecnológico seguro e auditável para votação, em caso de divergência entre a forma presencial ou eletrônica, de modo a reforçar a legitimidade do pleito. Ainda foram destacadas durante a exposição, algumas divergências da Minuta apresentada pela CAEMA daquela encaminhada pelo Sindicato dos Urbanitários do Maranhão (STIU-MA), dentre as quais, destacam-se: 1) **Processo Eleitoral:** A CAEMA defendeu a adoção do Processo Meio Presencial (e/ou Eletrônico); O STIU MA propôs o Meio presencial, em sistema disponibilizado pela Entidade Sindical. 2) **Comissão Eleitoral:** a CAEMA sugeriu a Comissão Paritária, sendo formada por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicados pela Diretoria Executiva da CAEMA, e 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, STIU-MA, sob a presidência de um dos membros indicados pela CAEMA, observando-se um sistema de revezamento que garanta a alternância de lideranças. Dessa forma, nenhum membro poderá exercer a presidência por mais de um mandato consecutivo. Em suas ausências eventuais e legais, o presidente será substituído por um vice-presidente, escolhido pela CAEMA dentre os demais membros da Comissão. Já o STIU MA, apresentou a proposta que a Comissão Paritária, seja formada por 3 (três) membros indicados pela CAEMA, e 3 (três) membros indicados pelas entidades sindicais com representação entre seus empregados, designada por Resolução de Diretoria da CAEMA, sob a presidência de um dos membros indicados pelo STIU/MA; 3) **Mandato:** Na proposta da CAEMA, o mandato do Representante dos Empregados no Conselho de Administração da CAEMA, será de 2 (dois) anos, permitidos, no máximo, 3 (três) reconduções sucessivas, mediante eleições diretas; Enquanto na proposta do STIU MA, o empregado que estiver exercendo o segundo mandato consecutivo como Conselheiro de Administração representante dos empregados não poderá se candidatar. Ao contínuo, foi efetuado registro da análise de riscos, incluindo os legais e regulatórios, bem como os reputacionais, tais como desgaste com empregados e repercussão na mídia), violação de princípios de governança, fragilidade na tomada de decisão e possibilidade de questionamentos em auditorias internas e externas. No tocante à composição da Comissão Eleitoral, foi ressaltado que os membros deverão ter formação acadêmica compatível, experiência mínima de três anos na CAEMA, reputação ilibada e conhecimento do funcionamento da Companhia, não podendo estar enquadrados em hipóteses de inelegibilidade. Por fim, foram apontados os seguintes encaminhamentos a respeito da matéria: a) manifestação e deliberação do Processo SEI Nº 2025.120206.00189 pela Assembleia Geral Extraordinária, principalmente quanto ao seu Edital e o Regulamento, bem como dos pontos divergentes apresentados pela Assessoria de Governança e Regulação da Companhia; e b) Envio de Resolução aprovada pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração, contendo o nome dos membros da Comissão Eleitoral, além de prestar suporte a sua execução. Em continuidade, foi acrescentado pela Procuradoria Jurídica, Tallyta Cilene Santos Leite, que todos os aspectos legais e jurídicos foram observados na elaboração do regulamento, ressaltando que as disposições trazidas para deliberação são aquelas que efetivamente demandam o posicionamento do Conselho de Administração, sendo facultado a este órgão definir a forma de prosseguimento do processo. O Conselheiro Marco Andrade Novaes ressaltou que o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COE analisou as divergências apresentadas entre a minuta do Regulamento elaborado pela CAEMA e a do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão (STIU-MA). Manifestou preocupação com a composição da Comissão Eleitoral e sugeriu que seja formada por sete membros, assegurando ao Presidente da comissão o voto de minerva para evitar empates. Alertou, ainda, para o risco de nulidade do processo eleitoral em razão de as regras estarem sendo definidas no mesmo ano da eleição. Na sequência, o Conselheiro Marcos Aurélio Alves Freitas ressaltou os avanços obtidos no processo, resultado do diálogo instaurado pelo Conselho de Administração e da participação do Sindicato na discussão, o que reforça a transparência e a governança da Companhia. Destacou a importância de que toda a documentação esteja pautada em normativos vigentes, tanto internos quanto legais, garantindo maior segurança institucional. Acrescentou ainda, dois avanços relevantes: a análise prévia, pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, dos currículos dos candidatos no momento da inscrição, o que contribui para facilitar o acesso dos empregados interessados em participar do pleito; e a definição da composição paritária da Comissão Eleitoral, encaminhada à Diretoria Executiva, que avalia a melhor forma de condução. Por fim, reforçou que o tema segue um fluxo administrativo que envolve a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, o que reforça a legitimidade da condução adotada. O Conselheiro Marcos Antonio Silva do Nascimento parabenizou a exposição realizada pelo assessor e destacou a relevância dos pontos apresentados para reflexão. Ressaltou a necessidade de que o processo eleitoral seja conduzido com celeridade, de forma a assegurar respeito à governança e maior segurança à gestão da Companhia, observando sempre os reflexos da legislação na administração da CAEMA. Em relação aos mandatos, afirmou que a lei permite até três reconduções, ponto já pacificado, que não pode ser contrário do pelo Estatuto Social. Quanto à Comissão Eleitoral, o Conselheiro afirmou ser contrário à proposta de composição paritária. Ressaltou que, em sua avaliação, não há previsão legal que autorize a divisão igualitária entre representantes da Companhia e do sindicato, de modo que a inclusão de membros sindicais nessa condição extrapola o que está estabelecido em lei. Destacou que a Lei nº 13.303/2016, utilizada como referência, prevê apenas a participação de um representante sindical em empresas de economia mista controladas pela União, e não a composição paritária. Enfatizou que a adoção de regras que não encontram respaldo legal pode fragilizar o processo e abrir margem a questionamentos futuros por órgãos de controle. Assim, reiterou sua posição de que a CAEMA deve seguir estritamente o que está previsto em lei e em seu Estatuto, garantindo o processo eleitoral transparente, democrático e íntegro, mas sem ampliar a participação sindical além do que a legislação permite. Sobre a condução da votação, destacou a previsão de mecanismos eletrônico e presencial, salientando que, havendo condições tecnológicas e apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), deve-se utilizar umas eletrônicas e, na ausência, umas físicas coloridas de votos, desde que assegurada a segurança do processo, a guarda adequada das urnas e a exigência de documento oficial de identificação com foto ou crachá funcional do empregado. Reforçou a necessidade de um regimento mais seguro, inclusive com eventual consulta à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para obter parecer sobre a experiência de outras companhias. Por fim, informou que, embora fora do prazo, elaborou e encaminhou dois documentos opinativos sobre o tema, com o intuito de socializar suas considerações com os demais conselheiros. Na sequência, a Procuradora Tallyta Cilene Santos Leite esclareceu que o tema em discussão é o Regulamento Eleitoral, o qual possui caráter mais amplo e estabelece apenas as diretrizes gerais. Informou que os procedimentos pormenorizados de execução do processo serão definidos no edital, que deverá observar, obrigatoriamente, as disposições previstas no regulamento. O Chefe da Assessoria de Governança e Regulação, Yago Fajanas Paixão, acrescentou que deve ser respeitado o Estatuto da Companhia, delegando-se à Comissão Eleitoral os poderes previstos no regulamento para conduzir o processo. Reforçou que, diante da inexistência de legislação estadual específica, aplica-se a analogia às normas federais, sendo que a aprovação do Regulamento passa a suprir essa lacuna normativa. Em complemento, a Assistente Administrativa da Assessoria de Governança e Regulação, Marcia Regina Carvalho Sousa informou que a elaboração do Regulamento foi motivada em virtude de recomendação do Conselho de Administração; que foi realizada a leitura integral do edital encaminhado pelo Sindicato, ressaltando que os pontos mais conflitantes concentram-se na modalidade de votação. Salientou que a representação dos empregados sempre foi feita em parceria com a entidade sindical. Esclareceu que a proposta elaborada levou em conta as divergências existentes e observou a importância do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, órgão que serve de base para o Conselho se manifestar sobre a requisitos e a avaliação dos representantes, tanto no Conselho quanto nas Diretorias. Destacou que uma das preocupações centrais é o momento em que o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração estaria apto a se manifestar, especialmente no processo de inscrições. Mencionou ainda que, em diálogo com a equipe de governança, foram apontados riscos quanto à forma das eleições, sobretudo diante do fato de muitos empregados não possuírem meios eletrônicos para realizar a votação. Frisou, também, riscos relacionados às próprias deliberações e à fundamentação das decisões, indicando que embora a composição do Conselho seja fruto de eleição direta, há previsão de análise e verificação

de requisitos, conforme a Política de Indicação, Avaliação, Sucessão e Remuneração, a qual se baseia em diversos dispositivos das Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 12.813/2013, que trata de impedimentos, dos conflitos de interesse e demais requisitos aplicáveis aos conselheiros, inclusive quanto às deliberações das matérias pertinentes a cada órgão da Companhia. O Conselheiro José Ribamar Soares Fonseca ressaltou a importância da pauta, destacando que o representante dos trabalhadores deve ser escolhido por um processo aperfeiçoado e legítimo. Enalteceu a atuação do atual representante e reconheceu avanços no diálogo entre empregados e Diretoria Executiva. Parabenizou o Chefe da Assessoria de Governança e Regulação (PRR) e sua equipe pelo trabalho no regulamento, observando que caberá à Comissão Eleitoral tratar dos aspectos específicos, como o edital. Concluiu defendendo a celeridade na regulamentação, para garantir a escolha do novo representante com legitimidade e respaldo legal. O Presidente do Conselho de Administração, Roberto Santos Matos, ressaltou que a criação do regulamento decorreu de fragilidades identificadas pelas áreas jurídica e de regulação da Companhia. Destacou que todas as decisões foram tomadas com base em pareceres técnicos, incluindo a Procuradoria-Geral do Estado, representante jurídico do Estado e do acionista majoritário. Enfatizou que o objetivo é fortalecer a governança e assegurar a autonomia e participação dos trabalhadores, registrando a importância de ouvir os representantes sindicais e o representante geral sobre as discussões realizadas. Após sua fala, passou a palavra aos representantes do STIU MA. O Presidente do STIU MA, Sr. Rodolfo César Fonseca, agradeceu a oportunidade de diálogo e ressaltou que a eleição para o Conselho é uma conquista baseada no Acordo Coletivo de Trabalho. Ele enfatizou que a Comissão Eleitoral agiu com autonomia e que o Sindicato não interferiu no processo, questionando a anulação da eleição sem fatos concretos. Em seguida, o Sr. Antonio Fernando Pereira, membro do STIU MA da Comissão Eleitoral, corroborou que o Acordo Coletivo de Trabalho prevê a coordenação das eleições pelo sindicato em seu Art. 62 e que a CAEMA se eximiu de participar da Comissão Eleitoral. Ele afirmou que não houve irregularidades nas sete eleições diretas coordenadas pelo sindicato, e que a anulação da eleição atual foi baseada em alegações sem fatos palpáveis. Esclareceu ainda, que a divergência se deu por questões políticas, especialmente em relação a um acordo de apoio a Diretores e a recusa do Sindicato em apoiar um terceiro mandato para o atual membro representante dos empregados no Conselho de Administração. Por sua vez, o Sr. Wellington Araújo Diniz, Secretário de Assuntos Jurídicos do STIU-MA, iniciou sua manifestação solicitando que a CAEMA disponibilizasse a minuta do regulamento, do edital, e do calendário eleitoral elaborados pela Companhia, a fim de possibilitar a comparação com a proposta apresentada pelo sindicato. Em seguida, lamentou a forma como foi elaborado o parecer do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COE, ressaltando que a linguagem utilizada foi pouco amistosa e, em alguns momentos, desfavorável. Criticou também a omissão do COE, que deixou de se manifestar sobre o processo eleitoral, transferindo, indevidamente à Procuradoria Jurídica da CAEMA atribuições que não lhe cabiam. Ressaltou que o Sindicato encaminhou diversas manifestações e documentos à Companhia, sem receber resposta formal do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva. Ademais, manifestou preocupação com a prorrogação do mandato do atual representante dos empregados no Conselho de Administração com interesse direto no processo, afirmando que tal situação exigiria maior rigor do Conselho. No tocante à condução do pleito, defendeu que a eleição ocorra em formato híbrido, de modo a não excluir trabalhadores que não dispõem de acesso a meios digitais, sobretudo os lotados em unidades do interior do Estado. Agradeceu ao Presidente Marcos Aurélio Alves Freitas pela oportunidade de expor a posição do sindicato e reforçou que essa abertura de diálogo contribui para a transparência do processo. Por último, solicitou que fosse facultado ao STIU MA o acesso à cópia da gravação da reunião, para fins de registro e acompanhamento. O Presidente do Conselho de Administração, Roberto Santos Matos, agradeceu a participação do STIU-MA e ressaltou a importância do trabalho conjunto para o fortalecimento da governança e da democracia na Companhia. Destacou que não se recorda de outra ocasião em que representantes do sindicato tiveram tanta liberdade de manifestação perante o Conselho de Administração e parabenizou a Presidência por abrir esse espaço de diálogo. Enfatizou que as divergências apresentadas envolvem aspectos emocionais, políticos e técnicos, todos legítimos, mas que já foram devidamente registrados. Sugeriu, portanto, avançar para os encaminhamentos com o Procurador Geral do Estado, assegurando que todas as manifestações recebam o devido tratamento. Em seguida, o Procurador Geral do Estado, Denilson Souza dos Reis Almeida reforçou que a Diretoria Executiva da CAEMA, em alinhamento com o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, tem buscado aprofundar o debate sobre a aplicação da legislação e o Estatuto da empresa. Expressou o desejo de validar o documento do regimento para resolver as eleições futuras e propôs que a Comissão Eleitoral, junto com o Sindicato, valide o edital. Observou ainda, que as divergências sobre a composição da Comissão Eleitoral, o voto de minerva e o tipo de pleito (presencial ou eletrônico) e onde seria a apuração dos votos, são superáveis e podem ser estabelecidas no Edital. A importância de uma gestão democrática e participativa foi ressaltada, com a expectativa de que o regulamento seja colocado em votação para alinhamento e progresso da companhia. Após a apreciação os Conselheiros manifestaram-se pelo encaminhamento da pauta à Assembleia Geral Extraordinária para deliberação sobre o Elaboração do Regulamento das Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal. O Item 2. Apresentação do Processo SEI 2025.120206.18585: Nota Técnica Nº 001/2025 PRR/CAEMA; O Assessor de Governança e Regulação, Yago Fajanas Paixão, apresentou a Nota Técnica nº 001/2025 – PRR/CAEMA, elaborada para subsidiar o entendimento acerca da Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, que estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres nos Conselhos de Administração de sociedades empresárias, alterando a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatistas). A Nota Técnica destacou os seguintes pontos: I) As empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como outras companhias em que a União, os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal detinham a maioria do capital votante, deverão reservar às mulheres, no mínimo, 30% das vagas de membros titulares de seus Conselhos de Administração. II) Essa reserva será implementada de forma gradual: a) 10% a partir da primeira eleição realizada após a entrada em vigor da lei; b) 20% na segunda eleição; e c) 30% na terceira eleição subsequente. III) Do total das vagas reservadas, 30% deverão ser preenchidas por mulheres negras ou com deficiência, exigência que passará a vigorar após o atingimento do percentual geral de 30%. IV) O reconhecimento da autodeclaração racial será feito pela própria candidata. Em caso de descumprimento da lei, os Conselhos de Administração ficarão impedidos de deliberar sobre qualquer matéria até que a composição esteja regularizada. V) A Lei nº 6.404/1976 foi alterada para incluir, no relatório da administração, a política de equidade de gênero (art. 133, § 6º; e VI) a Lei nº 13.303/2016 passou a exigir a divulgação anual da política de igualdade entre homens e mulheres (art. 8º, X). Foi ainda ressaltado que, atualmente, na composição do Conselho de Administração da CAEMA, apenas o cargo de membro independente é ocupado por uma mulher, fato que demandará adequações nas próximas reconduções, sob pena de impedimento das deliberações do colegiado. Diante desse cenário, a Nota Técnica recomendou: a) Submissão da matéria à Assembleia Geral, instância competente para deliberar sobre a adoção dos procedimentos necessários; b) Alteração do Estatuto Social, da Política de Gestão de Pessoas, da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e da Política de Indicação, Avaliação, Sucessão e Remuneração, para garantir a conformidade com a nova legislação; c) Inclusão, nos relatórios da Companhia, de informações detalhadas sobre a proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico, cargos de administração, remuneração segregada por sexo e evolução comparativa dos indicadores de equidade. O Chefe da PRR, Yago Fajanas Paixão, informou também que, em reunião da Diretoria Executiva, foi solicitado que fosse realizada uma simulação sobre a possibilidade de ampliar o número de Conselheiros de sete para nove. Ressaltou que tal alteração demandaria ajuste estatutário, com encaminhamento à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, cabendo à (PRR) promover as adequações e elaborar os instrumentos necessários. Na sequência, o Conselheiro Roberto Santos Matos questionou se há, no Regimento, no Estatuto ou em outra legislação ou normativo, exigência de proporcionalidade entre as vagas destinadas ao acionista majoritário, ao representante dos trabalhadores e ao membro independente. Indagou, em especial, se a ampliação do número de cadeiras atribuídas ao acionista majoritário implicaria também na obrigatoriedade de aumentar o número de mulheres no colegiado. Em resposta, o Chefe da PRR, Yago Fajanas Paixão esclareceu que o Estatuto Social da Companhia apenas disciplina a forma de investidura de cada membro, sem estabelecer proporcionalidade entre as categorias. Explicou que a Lei nº 13.303/2016 garante a obrigatoriedade de uma cadeira destinada ao representante dos empregados, independentemente do número total de assentos, e de igual forma assegura a participação do acionista minoritário e do membro independente. Dessa forma, não haveria necessidade de vincular tais assentos de forma proporcional, devendo constar no estatuto apenas as cadeiras previstas em lei. O Conselheiro Marcos Antonio Silva do Nascimento acrescentou que cabe ao acionista majoritário a obrigação de implementar a legislação, inclusive no que se refere à participação de mulheres no Conselho. Lembrou que, até 2020, o colegiado era composto por nove membros e que a proposta representaria um retorno a esse modelo. Explicou que, com a ampliação, caberiam cinco vagas ao acionista majoritário, e, dentre essas, três deveriam obrigatoriamente ser preenchidas por mulheres, a fim de atender ao percentual mínimo de 30%. Ressaltou, por fim, que a garantia da participação feminina não deve depender de outros critérios de indicação, mas sim ser assegurada diretamente pelo acionista majoritário. Por último, o Chefe da Assessoria de Governança e Regulação – PRR esclareceu que este item tem caráter meramente informativo, destinado a dar conhecimento aos Conselheiros, uma vez que se trata da primeira reunião realizada após a entrada em vigor da nova norma. O Item 3. Eleição de Membro Representante do Empregado no Comitê de Conduta e Integridade – CCI, conforme Art. 71 do Estatuto Social da CAEMA; A Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas, Mayra Miliany Souza Lima, fez um histórico sobre o processo eleitoral conduzido pela Comissão Eleitoral, informando que a Clayrtha Raíssa Nascimento Gonçalves foi eleita com 119 votos. Em seguida, a nova integrante do CCI, apresentou-se ao Conselho, destacando seu compromisso com a imparcialidade e segurança jurídica. O conselheiro, Marcos Aurélio Alves Freitas, destacou a importância da representatividade feminina na empresa e o reconhecimento da evolução cultural da CAEMA em relação à equidade de gênero. Assim, após as discussões foi aprovada por unanimidade a designação do membro representante do empregado no Comitê de Conduta e Integridade, para o mandato compreendido entre 01/09/2025 a 01/09/2027: CLAYRTHA RAÍSSA NASCIMENTO GONÇALVES, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade e CPF nº \*\*\*\*\*-73, residente e domiciliada em Avenida General Artur. Carvalho – Condomínio Residencial Turu, casa \*\*\*, Bairro Miriúba, Cep \*\*\*\*\*-000, Paço do Lumiar/MA. O Item 4. Apresentação dos impactos da Tarifa Social na Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA; O Conselheiro Marcos Aurélio Alves Freitas apresentou estudo elaborado pela CAEMA, em parceria com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, sobre os impactos da Tarifa Social de Água e Esgoto. Foram destacados os fundamentos legais, especialmente a Lei Federal nº 11.445/2007, que trata da regulação e sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento, e a Lei nº 14.898/2024, que estabelece diretrizes para a Tarifa Social em âmbito nacional. Ressaltou-se que a medida busca assegurar o acesso à água e ao saneamento como direitos humanos fundamentais, promover equidade e redistribuição por meio de subsídio cruzado e garantir desconto de 50% na primeira faixa de consumo, limitada a 15 m³ por mês por residência. O Conselheiro detalhou os critérios de elegibilidade, que abrangem famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com renda per capita de até meio salário mínimo, além de idosos e pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Explicou que o subsídio será custeado pelas demais categorias de consumidores e ressaltou que a recomposição econômico-financeira das prestadoras deverá ser feita por meio de recomposição contratual junto às agências reguladoras. Foram apresentados cenários de simulação, considerando a base de faturamento da CAEMA, ajustes de erros de cadastro e faturamento, efeitos de reajuste tarifário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e impactos da aplicação imediata da Tarifa Social. As análises indicaram que a adoção do benefício implicará redução da arrecadação da Companhia, estimada em 26%, exigindo medidas de reestruturação tarifária para assegurar a sustentabilidade financeira. O estudo também comparou tarifas praticadas por outras companhias estaduais e privadas, demonstrando que, mesmo com os ajustes, os valores da CAEMA permanecem dentro da média do setor. Por fim, destacou-se que o programa Viva Água poderá ampliar seu alcance social sem aumento de despesas estaduais, apenas com remanejamento de rubricas orçamentárias. O Item 5. O que mais ocorrer; Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho, Roberto Santos Matos, franqueou a palavra aos demais e, como dela ninguém fez uso, agradeceu a presença de todos, e em seguida, deu por encerrada a reunião, pelo que eu, Andrea Ramos Pereira, Secretária do Conselho de Administração, fiz lavrar a presente Ata, em livro próprio, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Roberto Santos Matos, Ana Flávia Lima Teles da Hora, Marcos Aurélio Alves Freitas, José de Ribamar Soares Fonseca, Jeony Caldas Carvalho Aguiar, Marco Andrade Novaes e Marcos Antonio Silva do Nascimento. Está conforme a original, transcritas no livro próprio nº 007, folhas 00192v, 00193, 00193v, 00194, 00194v, 00195, 00195v, 00196v, 00197, 00197v, 00198, 00198v, 00199, 00199v, 00200 e 00200v. Esta Ata foi registrada na JUCEMA sob o nº 20251234568 em 28/10/2025 Protocolo 251234568 Empresa 21 3 0000371 1. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA.

OFICINAS, MÚSICA E TEATRO

# Programação de férias no Parque Botânico Vale começa neste sábado

O Parque Botânico Vale preparou uma programação especial para as férias de janeiro, que tem início neste sábado (10), das 9h às 12h, com um piquenique e programação infantil completa, com brinquedos, oficinas, música e teatro. Toda a programação é gratuita e aberta à comunidade.



As vagas do piquenique são limitadas e, portanto, precisam de inscrição prévia pela internet. Os interessados devem se inscrever a partir de amanhã, quarta-feira (7), das 8h às 12h no link:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScIn7W2SrPjVHY\\_LrttmKlEwform?usp=preview](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScIn7W2SrPjVHY_LrttmKlEwform?usp=preview)

Este controle é importante porque os inscritos no piquenique receberão gratuitamente no dia do evento uma cesta com frutas, bolo e bebidas para tornar o momento ainda mais especial.

As demais atividades recreativas oferecidas do dia, como pula pula, música, teatro, pintura também serão gratuitas e não exigem inscrição prévia. Veja a lista completa:

- Recreação
- Pintura no rosto
- Mesa de bilhar
- Oficina de bijuterias
- Oficina de cupcake
- Mini Toy
- Pula pula
- Piscina de bolinha
- Inflável grande
- Inflável médio
- X box com jogo de dança
- Trilhas ecológicas
- Apresentação teatral

## Sobre o Parque Botânico Vale de São Luís

Inaugurado em 2008, o Parque Botânico Vale atua como um espaço de preservação, educação ambiental, lazer e cultura. Instalado em 100 hectares de área de preservação ambiental. Durante todo o ano, o Parque é aberto ao público e não exige agendamento prévio. Funciona de segunda a sábado, das 8h às 16h, na Avenida dos Portugueses, na área Itaquí-Bacanga, em São Luís. Mais informações podem ser obtidas no telefone 98 3272 7702.

## Serviço

- O que: programação de férias no Parque Botânico Vale
- Como: piquenique e recreação gratuita para comunidade com foco no período de férias
- Data: 10 de janeiro, sábado
- Horário: 9h às 12h
- Onde está localizado: avenida dos Portugueses, s/n. Anjo da Guarda, em São Luís/MA.
- Contato: para agendar visitas de grupos, ligue (98) 99227 4680.



O presidente da Equatorial Maranhão, Sérgio Túlio entre Carlos Afonso Melo, José Jorge Soares e André Araújo

## Conexão Equatorial movimentou o Centro Histórico de São Luís

Em um movimento que combina inovação, responsabilidade social e planejamento operacional, o Grupo Equatorial promoveu, em São Luís, o evento Conexão Equatorial. Foi um encontro institucional voltado ao fortalecimento do relacionamento com públicos estratégicos e ao compartilhamento das principais iniciativas da distribuidora, no Maranhão. O evento foi realizado em dois momentos, na Praça Valdelino Cécio, também conhecida como Praça do Folclore, e no EQT Lab, no Centro Histórico de São Luís, um espaço que simboliza a conexão entre tradição, tecnologia e futuro, marcas da atuação do Grupo no setor elétrico brasileiro. E teve como eixo central a apresentação de projetos estruturantes da companhia, alinhados às agendas de operação, sustentabilidade, desenvolvimento humano e eficiência operacional.



Cristiana Muraro (Grupo Equatorial), José Domingues Neto (Sedepe MA), José Jorge Soares (Equatorial MA) e Cecília Leite (TV UFMA)



Carlos Hubert (Equatorial MA) e Jacira Haickel (Hotel Blue Tree)



Tenente Cel. Carvalho da PM e Cel. Duque do 24 Bis



César Boaes (TAA) e Jeane Pires (Equatorial MA)



Staff da Equatorial Maranhão e Grupo Equatorial



Os jornalistas Adalberto Melo (Sistema Difusora), Célio Sérgio (O Imparcial) e Danielle Vieira (InterMídia)



O presidente da Equatorial MA com Esthefany Castro e Fábio Muller (CIEDS)



O secretário municipal de Obras e Serviços Públicos David Col. Debella (SEMOSP) e a gerente de Relações com o Cliente da Equatorial Vanessa Soares

## Equatorial leva energia elétrica a comunidades de Barreirinhas

A Equatorial Maranhão deu início às obras de implantação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica nas comunidades tradicionais do município de Barreirinhas, iniciativa que integra o Programa Mais Energia Maranhão. O projeto prevê a construção de redes de 13,8 kV, totalizando quase 100 km de extensão, um investimento de R\$ 20 milhões, benefício direto e exclusivo para mais de 300 famílias de 17 comunidades tradicionais que vivem e trabalham no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, incluindo residências, escolas e postos de saúde. Por se tratar de uma unidade de Conservação Federal, a obra possui todas as licenças necessárias, sendo autorizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestor do parque, e licenciada pelo IBAMA. O projeto tem como objetivo levar energia elétrica às famílias tradicionais da região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento das atividades produtivas locais e o desenvolvimento do turismo, com respeito ao meio ambiente e às normas de conservação.

## "EFEITO TÚNEL"

# Trio maranhense lança álbum de estreia em show

O álbum de estreia que leva o nome da banda, em show no Solar Cultural Maria Firmina dos Reis

O trio maranhense Efeito Túnel apresenta na sexta-feira (9), o álbum de estreia que leva o nome da banda, em show no Solar Cultural Maria Firmina dos Reis, a partir das 19h. A apresentação marca a primeira execução ao vivo do disco em São Luís e promove o encontro entre o repertório recém-lançado e o público local. Para o show, a banda sobe ao palco com formação ampliada e participações especiais.

Formado por Caio Mattos, Tammys Loyola e Marcus Bros, o Efeito Túnel surgiu em 2019 e construiu o álbum ao longo de quatro anos, atravessando diferentes fases pessoais e artísticas. Lançado no dia 31 de dezembro, o disco reúne nove faixas e propõe uma escuta contínua, guiada pela ideia de passagem, travessia e transformação, conceito que também dá nome ao trabalho.

Para Marcus, o título sintetiza essa proposta. "O título Efeito Túnel de algum modo é isso: achar um norte, uma luz, percebendo as barreiras da própria vida e as formas de atravessá-las. O título também tem uma ideia física e literal, que descreve

passagens e atravessamentos", afirma.

O álbum transita por diferentes gêneros, como samba, bolero, pop-rock, faixas instrumentais e canções de forte carga poética. A diversidade reflete tanto as referências individuais dos integrantes quanto o caráter experimental do trio.

Para Tammys, a poesia é um eixo central do trabalho. "O disco tem muita coisa íntima e confessional, mas também alcança alguns sentimentos universais", afirma. "Por estarmos atravessando desafios comuns, acabamos compreendendo as nossas composições como um processo natural de travessia."

O álbum conta com participações de artistas convidados da cena local e nacional. A cantora Nicole Terrestre participa da faixa "Janeiro", Tiago Máci assume os vocais em "Tristeza" e Memel Nogueira, além de produtor do disco, contribui com um arranjo de sanfona na mesma canção. As colaborações surgiram de relações de amizade e admiração mútua e ampliam a sonoridade do trabalho. "Cada participação trouxe um tempero próprio para o nosso Efeito Túnel", resume Caio.

Além do show no Solar Cultural Maria Firmina dos Reis, o grupo também participa, no dia 10 de janeiro, do show de Kay Marin, no Centro Cultural Humberto de Maracanã. A expectativa do trio é seguir divulgando o álbum ao longo de 2026, com novos shows e desdobramentos audiovisuais. "Queremos falar desse disco por bastante tempo, criar conexão com quem escuta e continuar fazendo música", afirma Tammys.

O álbum Efeito Túnel já está disponível nas plataformas digitais.



## STREAMING

## Netflix deixa de funcionar em TVs antigas; veja modelos



### ALGUNS MODELOS DE TVS NÃO SERÃO MAIS COMPATÍVEIS COM O APLICATIVO APÓS A ATUALIZAÇÃO DO STREAMING

A Netflix anunciou que, ao longo de 2026, uma nova atualização do aplicativo poderá tornar incompatíveis diversas smart TVs mais antigas. De acordo com a empresa, a mudança faz parte das políticas periódicas da plataforma, que ajusta seus requisitos técnicos para garantir segurança, desempenho e novas funcionalidades, mas pode impactar usuários que utilizam televisores fabricados há mais tempo.

Segundo informações disponíveis no site da própria Netflix, alguns modelos de TVs não serão mais compatíveis com o aplicativo após a atualização e, por isso, não poderão acessar o serviço diretamente pelo sistema integrado do aparelho. A maioria dos

dispositivos afetados foi fabricada em 2016 ou antes, período em que muitos sistemas operacionais deixaram de receber suporte e atualizações.

Com a mudança, usuários desses aparelhos podem se deparar com mensagens informando que a Netflix não está mais disponível naquele dispositivo, mesmo que a assinatura continue ativa. Em alguns casos, acessórios externos — como dispositivos de streaming conectados via HDMI — poderão ser necessários para continuar assistindo ao conteúdo da plataforma. A empresa reforça que muitas TVs, reprodutores e dispositivos de streaming já vêm com o aplicativo da Netflix pré-instalado e seguem compatíveis. De acordo com a Netflix, o

aplicativo continuará funcionando normalmente nos seguintes modelos:

- LG: televisores produzidos a partir de 2017;
- Panasonic: modelos produzidos a partir de 2019;
- Samsung: modelos produzidos a partir de 2019;
- Sony: televisores produzidos a partir de 2018;
- TCL: modelos produzidos a partir de 2014

A empresa orienta que usuários verifiquem o ano de fabricação de suas smart TVs e, se necessário, considerem alternativas como aparelhos de streaming, consoles de videogame ou set-top boxes compatíveis com a Netflix.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES  
ESTADO DO MARANHÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE ADIAMENTO E REAGENDAMENTO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 027/2025

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para manutenção da estrada vicinal que liga o povoado São Domingos ao povoado Campinho no município de Nina Rodrigues - MA.

O Município de Nina Rodrigues/MA, por meio de seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público o **ADIAMENTO** da sessão pública da licitação em epígrafe.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A presente decisão fundamenta-se no Art. 55, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, que confere à Administração a prerrogativa de modificar seus atos de convocação, bem como no **Poder de Autotutela Administrativa (Súmula 473 do STF)**. O adiamento ocorre por razões de **conveniência pública e interesse da administração**, decorrentes de força maior que impossibilitou a abertura do certame na data aprazada.

#### NOVO CRONOGRAMA:

- **Data de Abertura Anterior:** 08/01/2025 às 08h.
- **Nova Data de Abertura:** 22/01/2026 às 08h (Horário de Brasília).
- **Local:** Portal <https://licitar.digital/>

As demais condições do edital permanecem inalteradas.

Nina Rodrigues – MA, 26 de Dezembro de 2025.

*Raimundo Nonato Silva Junior*  
**RAIMUNDO NONATO SILVA JUNIOR**  
Agente de Contratação

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRA CRUZ - MA

**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026. O MUNICÍPIO DE PRIMEIRA CRUZ, Estado do Maranhão,** torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRIMEIRA CRUZ/MA, no dia 21 de Janeiro de 2026 às 10h:00min (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site [www.licitaprimeiracruz.com.br](http://www.licitaprimeiracruz.com.br), sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua da Matriz, S/N, Centro, Primeira Cruz/MA, nesta Cidade. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras de Primeira Cruz – endereço [www.licitaprimeiracruz.com.br](http://www.licitaprimeiracruz.com.br). Esclarecimentos adicionais no endereço eletrônico [comprasprimeiracruz@gmail.com](mailto:comprasprimeiracruz@gmail.com). Primeira Cruz - MA, 07 de janeiro de 2026. **Maria do Amparo dos Santos** - Agente de Contratação.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO - MA

**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026. O Município de São Benedito do Rio Preto - MA, através de sua Pregoeira,** torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo processo administrativo é nº 011/2025, do tipo menor preço por LOTE, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de água mineral e Gás Liquefeito de Cozinha – GLP 13 Kg, com e sem vasilhames/botijões para atender as demandas da Secretarias Municipais do Município de São Benedito do Rio Preto – MA, com data de abertura dia 21 de janeiro 2026, às 08h00min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 031/2023, 032/2023, 033/2023, 034/2023, 035/2023, 001/2024. O Edital poderá ser consultado pelo site da Prefeitura de São Benedito do Rio Preto/MA: <https://www.saobeneditodoriopreto.ma.gov.br/transparencia/licitacoes>, ou [www.comprassbrp.com.br](http://www.comprassbrp.com.br) e informações complementares pelo e-mail: [cplpmsbrp@gmail.com](mailto:cplpmsbrp@gmail.com). São Benedito do Rio Preto/MA, 07 de janeiro de 2026; **Cristiane Nascimento Vieira Dos Santos** - Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE  
CNPJ: 01.586.647/0001-91

#### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência nº 001/2025, Tipo Menor Preço Global, Processo Administrativo nº 08/2025 - SEMED, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a construção de creche/ Escola de Educação Infantil, Projeto Padrão Tipo 2, Padrão FNDE, desenvolvido para o Programa Proinfância, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ribamar Fiquene - MA, conforme condições e especificações apresentadas no Anexo I – Projeto Básico do Edital e seus anexos. Data final para cadastro das propostas: 15/05/2025, às 09h59min. Data de abertura da sessão: dia 15/05/2025, às 10h00min. O Edital poderá ser consultado pelo sistema Sinc-Contrata/CEMA, ou no site da Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene/MA através do endereço eletrônico: <https://ribamarfiquene.ma.gov.br/portal-transparencia> ou pelo portal de compras através do endereço: <https://licitaribamarfiquenema.com.br/>. Mais informações podem ser solicitadas através do e-mail: [cp@ribamarfiquene.ma.gov.br](mailto:cp@ribamarfiquene.ma.gov.br).

Ribamar Fiquene (MA), 23/04/2025.

**Wanderson Pereira Liberato**  
Coordenador de Licitações e Contratos - Portaria nº 80/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Aviso de Licitação no 302244/2026 - CPL São Luís - MA, 07 de janeiro de 2026

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO No. 90.002/2026/CPL/PMML

A Prefeitura de São Luís, por meio da Central Permanente de Licitação, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO No. 90.002/2026/CPL/PMML**, no dia **26/01/2026**, às **09h30min**, horário de Brasília, através do [compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), objetivando a Contratação de empresa especializada em procedimentos cirúrgicos eletivos incluindo consulta, avaliação pré e pós-operatória com fornecimento de insumos necessários para o procedimento cirúrgico objetivando atender às necessidades do programa de ostomias do Município de São Luís/MA. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <https://www.saoluiz.ma.gov.br/portal/editais/1> e/ou no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. São Luís - MA, 07 de janeiro de 2026. **Nelsonairon Marques Viana**, Pregoeiro, Portaria nº 032/2025/CPL/PMML/MA.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por Nelsonairon Marques Viana, Pregoeiro, em 07/01/2026, às 12:31, conforme Lei Nº 14.102, de 21 de outubro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://www.saoluiz.ma.gov.br/portal/transparencia> ou pelo portal de compras através do endereço: <https://licitaribamarfiquenema.com.br/>. Mais informações podem ser solicitadas através do e-mail: [cp@ribamarfiquene.ma.gov.br](mailto:cp@ribamarfiquene.ma.gov.br).



MUNICÍPIO DE ARARI-ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
Av. Dr. João da Silva Lima, s/nº, Centro, Cep 65.480-000, Telefone: (98) 3453-1140

**RETIFICAÇÃO NO JORNAL O IMPARCIAL. SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2025. PÁGINA 6. ONDE SE LÊ:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 029/2025, no valor de R\$ 2.214.355,80 (dois milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos). **LEIA-SE:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 029/2025, no valor de R\$ 3.443.100,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil e cem reais).

SÃO LUÍS

# Abastecimento de água será interrompido

Segundo a CAEMA, a medida é necessária para a realização de uma intervenção técnica corretiva, com o objetivo de reparar um vazamento identificado na adutora

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) informou por meio de nota que o Sistema de Abastecimento de Água Italuís terá sua operação temporariamente interrompida nesta quinta-feira (8), a partir das 6h. Segundo a CAEMA, a medida é neces-

sária para a realização de uma intervenção técnica corretiva, com o objetivo de reparar um vazamento identificado na adutora.

A previsão é que o serviço seja concluído até às 18h do mesmo dia, com a normalização do abastecimento ocorrendo de forma gradativa em até

48 horas.

A Companhia ainda informa que, mesmo após o restabelecimento do sistema, podem ocorrer oscilações na pressão da rede, especialmente em áreas mais elevadas ou em extremidades, durante o período de pressurização.



## Saiba quais bairros vão ficar sem água hoje



A interrupção vai atingir os seguintes bairros de São Luís: Alemanha, Alto da Esperança, Alto da Vitória, Angelim Velho, Anjo da Guarda, Apeadouro, Apicum, Areinha, Bairro de Fátima, Barreto, Belira, Bequimão, Bom Fim, Bom Milagre, Camboa, Caratatiua, Centro, Cohajoly, Cohama, Coheb do Sacavém, Condomínio Fit Vivare II, Condomínio Villagio Esperança, Conjunto Angelim, Conjunto Boa Morada, Conjunto Vinhais, Coreia de Baixo, Coreia de Cima, Coroa-

do, Cutim, Diamante, Fé em Deus, Filipinho, Floresta, Fumacê, Gancharia, Ipase de Cima, Ipase de Baixo, Jardim de Alah, Jardim Libanês, Jardim São Marcos I, Jardim São Marcos II, João Paulo, Jordoa, Liberdade, Lira, Madre Deus, Maranhão Novo, Monte Castelo, Olho d'Água, Parque Amazonas, Parque dos Nobres, Parque Pindorama, parte do Habitacional Turu, Planalto Vinhais I, Radional, Recanto dos Vinhais, Redenção, Residencial Marfim I, Residencial Ecovillagio, Resi-

dencial São Domingos I, Residencial Esperança, Residencial Jaqueira, Residencial Vinhais II, Residencial Vinhais III, Retiro Natal, Rio Anil, Sacavém, Santa Cruz, Santo Antônio, São Raimundo, Sítio do Meio, Sítio Leal, Túnel do Sacavém, Vera Cruz, Vila Ariri, Vila Bessa, Vila Fialho, Vila Ivar Saldanha, Vila Mauro Fecury I, Vila Mauro Fecury II, Vila Nova, Vila Palmeira, Vila Passos, Vila São Luís, Vila Verde, Villagio do Angelim, Vinhais Velho e Viven- das da Cohama.

ALTERAÇÕES

## Entenda as mudanças na reforma tributária em 2026

Aprovada em 2023 e regulamentada em etapas ao longo de 2024, a Reforma Tributária no Brasil é um conjunto de mudanças no sistema de impostos com foco em simplificação, transparência e neutralidade fiscal. Essa nova legislação, formalizada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 e em fase regulamentação, vai alterar profundamente o sistema tributário nacional a partir de 2026.



O contador e CEO da TRIVIUM, Cláudio Lasso, listou os principais pontos da Reforma:

### 1. Unificação de tributos sobre consumo

Os impostos que hoje incidem separadamente sobre bens e serviços — como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS — serão substituídos por dois tributos baseados no Imposto sobre Valor Agregado (IVA):

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) — federal.
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) — estadual/municipal.

Isso reduz a complexidade e evita a tributação em cascata.

### 2. Não cumulatividade ampla

O novo sistema amplia a não cumulatividade, permitindo que as empresas compensem créditos tributários de etapas anteriores da cadeia de produção, o que tende a reduzir o custo efetivo de tributação.



### 3. Simples Nacional e regimes diferenciados

Haverá ajustes no Simples Nacional, mantendo regimes diferenciados para micro e pequenas empresas, o que pode alterar como tributos são calculados e pagos nesses casos.

### 4. Transição gradual (até 2033)

A mudança não ocorre de uma vez: há um período de transição em que os tributos atuais e os novos sistemas coexistem parcialmente, com a plena implementação sendo escalonada ao longo de vários anos.

### 5. Nota fiscal e compliance

A Reforma fortalece a importância da nota fiscal eletrônica (NF-e) e padroniza seus modelos, com novos campos e layouts que refletem o novo sistema tributário. Isso torna o compliance fiscal ainda mais estratégico para as empresas.

Cláudio Lasso também elencou os objetivos da Reforma

- Simplificar o sistema tributário, reduzindo burocracia e disputas fiscais.
- Aumentar transparência sobre quanto e como os impostos incidem.
- Tornar o ambiente de negócios mais eficiente e competitivo.

## ALERTA

# Água de torneira pode conter protozoários

Contaminação pode ocorrer porque canos antigos ou danificados liberam metais como chumbo, além de permitirem o desenvolvimento e contato com microrganismos

**A**gua da torneira é sinônimo de água potável? É sempre importante lembrar que não, e daí a importância de recorrer a filtros, purificadores e outros métodos para, assim, reforçar a segurança da água que se bebe. Protozoários como *Cryptosporidium* e *Giardia*, além de metais pesados, como chumbo, podem estar presentes na água que sai das torneiras, mesmo que esta já tenha passado por estações de tratamento.

Os dados são de um estudo realizado por estudantes da Universidade Estadual de Santa Cruz e da Universidade Estadual de Feira de Santana, tendo como recorte o município de Canavieiras, no sul da Bahia, que apontou a presença de microorganismos. A pesquisa, publicada na revista científica "Semina: Ciências Agrárias", da Universidade Estadual de Londrina (UEL), detectou *Cryptosporidium* em 4,2% das amostras de água tratada e *Giardia* em 16,6%. Esses resultados indicam que,

mesmo após o tratamento convencional, microrganismos capazes de causar infecções gastrointestinais podem chegar ao consumidor.

Segundo a bióloga e professora do IDOMED, Andrea Monteiro, essa contaminação pode ocorrer porque canos antigos ou danificados liberam metais como chumbo e ferro, além de permitirem o desenvolvimento e o contato com microrganismos. Andrea chama a atenção para os riscos, já que esse tipo de contaminação pode causar doenças como diarreia infecciosa, cólera e hepatite A.

"É importante lembrar que, depois que a água sai da estação de tratamento, ela não é mais monitorada pela empresa, por isso é fundamental ter cuidado. Outro ponto é que o cloro usado para desinfetar a água pode gerar substâncias chamadas subprodutos, como os trihalometanos. Em grandes quantidades e ao longo do tempo, esses compostos podem causar problemas de saúde, incluindo doenças graves", completa a bióloga.

É importante nunca baixar a guarda, pois a ausência de gosto ou cheiro não significa que a água seja segura. Contaminações por metais, produtos químicos ou microrganismos geralmente são invisíveis e não alteram o sabor de forma perceptível. Assim, mesmo que a água pareça limpa e tenha gosto normal, ela pode conter substâncias prejudiciais. O gosto costuma ser percebido apenas quando há excesso de cloro, presença de ferro (que confere sabor metálico) ou contaminação por matéria orgânica, capaz de provocar gosto e odor desagradáveis. Já contaminantes mais perigosos, como pesticidas, microplásticos ou bactérias, normalmente não alteram o sabor. A professora explica que, quando alguém consome água contaminada, os sinais variam conforme o tipo de contaminação. Se a água estiver contaminada por microrganismos, os sintomas mais comuns são diarreia aquosa ou com sangue, náusea, vômito, cólicas abdominais, febre, fadiga e sinais de desidratação.

## OPORTUNIDADE

## SESI abre vagas com salários de até R\$ 5.230,08

O Serviço Social da Indústria do Maranhão (SESI-MA) está com vagas abertas para cargos nas áreas de contador, pedagogo, psicopedagogo, serviços de manutenção e professor de Educação Infantil/Ensino Fundamental, além de professor de Ensino Médio nas disciplinas de Biologia, História, Língua Portuguesa e Matemática. Os salários chegam a até R\$ 5.230,08, além de benefícios como auxílio-alimentação e plano de assistência médica. As vagas correspondem aos Processos Seletivos nº 01/2026 e 02/2026, disponíveis no site oficial.

O Processo Seletivo nº 01/2026 oferece em São Luís, 1 vaga de nível médio na área de Suporte Técnico – Serviços de Manutenção e para nível superior, são ofertadas 2 vagas para o cargo de Analista Superior – Pedagogo e 1 vaga para Analista Superior – Contador. Em Caxias, há 1 vaga para Analista Superior – Psicopedagogo. O contrato é por prazo indeterminado para todos os cargos, com carga horária de 220h mensais.

Já o Processo Seletivo nº 02/2026 oferece vagas para professores de Educação Infantil/Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Língua Inglesa, bem como para professores de Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com 1 vaga para cada área, em São Luís. Em Caxias, há 1 vaga destinada a professor de Ensino Médio em Biologia e, em Imperatriz, 1 vaga para professor de Ensino Médio em História.

**INSCRIÇÃO** – O candidato deverá obedecer aos requisitos do item 2 das Normas do Processo Seletivo para realizar a inscrição, que segue até o dia

15 de janeiro, por meio do site <https://sistemas.fiema.org.br/seletivos/>. O Processo Seletivo será realizado em três etapas: análise documental, estudo de caso e entrevista. O candidato deverá ficar atento ao cronograma completo disposto no Anexo I das Normas do Processo Seletivo. Dúvidas referentes ao processo podem ser esclarecidas pelo e-mail: [seletivo@fiema.org.br](mailto:seletivo@fiema.org.br).

### SENAI abre Processos Seletivos para cargos de instrutor de Ensino Médio e Superior

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Maranhão (SENAI-MA) está com os Processos Seletivos 01/2026 e 02/2026 abertos para preenchimento de vagas para cargos na instituição, nas cidades de Rosário, Caxias, Imperatriz, Balsas e Açailândia, com carga horária de 220h ao mês, salário de R\$ 4.380,11 a R\$ 5.715,05, correspondentes à área escolhida, e contrato com prazo indeterminado.

O edital nº 01/2026 corresponde à vaga de Analista Superior – Pedagogo, em Rosário, com 1 vaga disponível para preenchimento. Já o edital nº 02/2026 oferece vagas para o cargo de Instrutor de Ensino Médio, na área de Metalmeccânica Mecânica, em Caxias e Imperatriz, com 1 vaga para cada cidade. Para Instrutor de Ensino Superior, os cargos são para as áreas de Metalmeccânica, em Açailândia e Imperatriz; Informática, em Balsas; e Automotiva, em Imperatriz, com 1 vaga para cada área.

**INSCRIÇÃO** – Os cargos exigem formação na área, conhecimento básico de informática e experiência profissional de, no mínimo, 6 meses. O candidato também deverá estar dentro dos requisitos dispostos no item 2 das Normas do Processo Seletivo. O processo possui três etapas: análise documental, estudo de caso e entrevista. Todas as informações sobre as etapas estão nos itens 6, 7, 8 e 9 das Normas do Processo Seletivo.



Os Processos Seletivos serão executados pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), e as inscrições seguem até o dia 15 de janeiro, sendo realizadas exclusivamente no site <https://sistemas.fiema.org.br/seletivos/>. Outras informações, como o cronograma completo, as atribuições dos cargos e os critérios de avaliação de cada etapa, podem ser acessadas nas Normas do Processo Seletivo, no site oficial.

## ECONOMIA

## Crédito fundiário do BNB cresce 219% e possibilita que mais de 800 famílias adquiram imóveis rurais

O Banco do Nordeste (BNB) beneficiou 830 famílias com liberação de R\$ 184 milhões em crédito fundiário em 2025 para aquisição de imóveis rurais. Com isso, esses produtores familiares passaram a ser donos de cerca de 11.190 hectares, permitindo-lhes acesso a uma unidade produtiva própria, capaz de gerar renda, fortalecer a produção e garantir condições dignas de vida no campo. As operações ocorreram no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no qual o Banco atua como agente repassador dos recursos.

Segundo dados do BNB, o número de famílias atendidas pelo programa saltou de 388 em 2024 para 830 no ano passado. Um crescimento de 114%. Em volume de crédito contratado, o crescimento foi ainda maior: de R\$ 57,6 milhões para R\$ 184,4 milhões de um ano para o outro. Alta de 219%.

Com mais famílias sendo atendidas, foi possível realizar a aquisição de mais imóveis rurais. Em 2024, foram 6.155 hectares de terras adquiridas. Em 2025, a área foi 81,8% maior. Para se ter ideia, os 11.190 hectares comprados no ano passado correspondem a 110 km<sup>2</sup> – o equivalente a um terço da área total de Fortaleza (CE).

Para o presidente do BNB, Wanger de Alencar, o PNCF é uma importante política de desenvolvimento porque beneficia a população que mais precisa de instrumento para sua produção. "O imóvel rural é muito mais do que um lugar para morar, o que já é uma importante conquista para qualquer pessoa. No caso da agricultura familiar, esse terreno representa área de plantio e criação que vão impulsionar o desenvolvimento econômico e social dessas pessoas", afirma. No Maranhão, as contratações do PNCF somaram R\$ 8,7 milhões que beneficiaram 46 famílias. Em área adquirida, o impacto foi de 875 hectares.

### Quem pode contratar

Agricultores familiares que desejam adquirir imóveis rurais ou realizar benfeitorias em seus bens podem solicitar o crédito fundiário do Governo Federal. O Programa é operacionalizado por meio de quatro linhas de financiamento: PNCF Social, PNCF Jovem, PNCF Mais e PNCF Empreendedor, de acordo com o perfil dos beneficiários. Para solicitar os recursos, o agricultor precisa apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Cadastro de Agricultor Familiar (CAF) ou outra forma de cadastro que atenda o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Os financiamentos abrangem 100% do valor do bem adquirido, com teto de até R\$ 293 mil. A taxa de juros varia de 0,5% a 4% ao ano. O prazo das operações é determinado em função da capacidade de pagamento do mutuário, de acordo com o cronograma apresentado na proposta, sendo de até 25 anos, incluídos até 36 meses de carência. Os recursos são do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Segundo o superintendente de Agronegócio e Agricultura Familiar do BNB, Luiz Sérgio Farias Machado, o principal objetivo da linha é dar condições ao agricultor de ter sua propriedade rural. "A aquisição do imóvel rural traz dignidade ao homem e à mulher do campo. Muitas vezes, essa família não possui sua própria terra para produzir. O Governo Federal vem melhorando os programas e o Banco do Nordeste é parceiro nessa estratégia para agilizar a inclusão produtiva das famílias e solucionar conflitos agrários, além de aumentar a produção de alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável", afirma.

O superintendente esclarece que os interessados no crédito fundiário precisam apresentar um projeto, que é feito pelo agricultor com ajuda de uma entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), devidamente credenciada para operacionalizar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O Governo Federal disponibiliza o sistema Obter Crédito Fundiário, que é um serviço público digital que facilita o pedido do financiamento e permite o acompanhamento das etapas de análises, aprovações, envio de documentos, correção de pendências e solicitações. Para facilitar o processo, o BNB criou uma cartilha que explica o "passo a passo", a qual está disponível no portal do Banco do Nordeste e pode ser acessada no endereço: [www.bnb.gov.br/pncf-social](http://www.bnb.gov.br/pncf-social).

São Luís, quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

**Bacabal****Em busca das outras crianças**

**A**pós quatro dias de buscas, uma das crianças desaparecidas, no Quilombo de São Sebastião dos Pretos, em Bacabal, a 250 km de São Luís, foi encontrada na tarde dessa quarta-feira (7), em uma comunidade conhecida nas proximidades do São Raimundo, na comunidade da Santa Rosa, que fica distante cerca de 3 km do local de onde saíram.

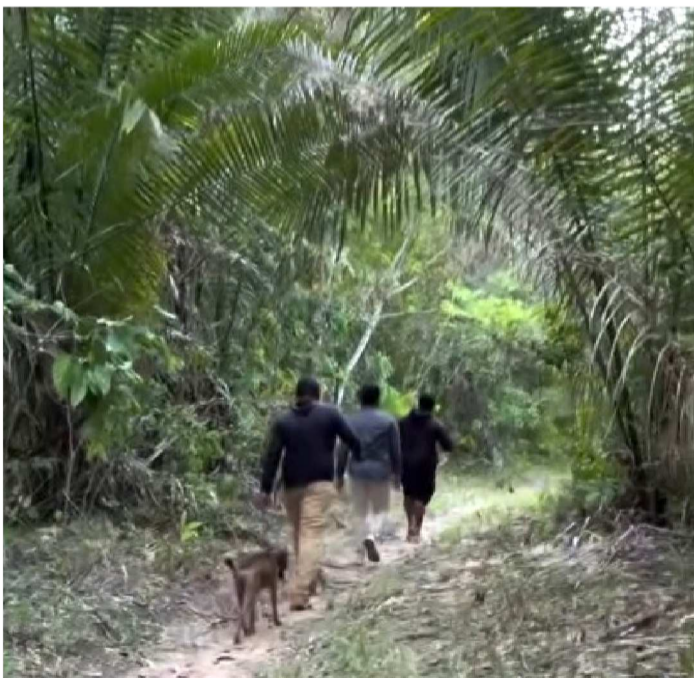
A criança foi encontrada por populares, que auxiliavam nas buscas pelas três crianças. O primeiro a ser encontrado foi o Wanderson Kauan, de 8 anos. Ele estava despido no momento em que foi avistado pelos populares. Até o fechamento desta edição, as outras duas crianças ainda não tinham sido encontradas.



Ele foi resgatado e levado por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), para uma unidade de saúde da cidade de Bacabal. A criança estava bastante debilitada por conta dos dias que passou desaparecida e sem uma alimentação e hidratação adequada.



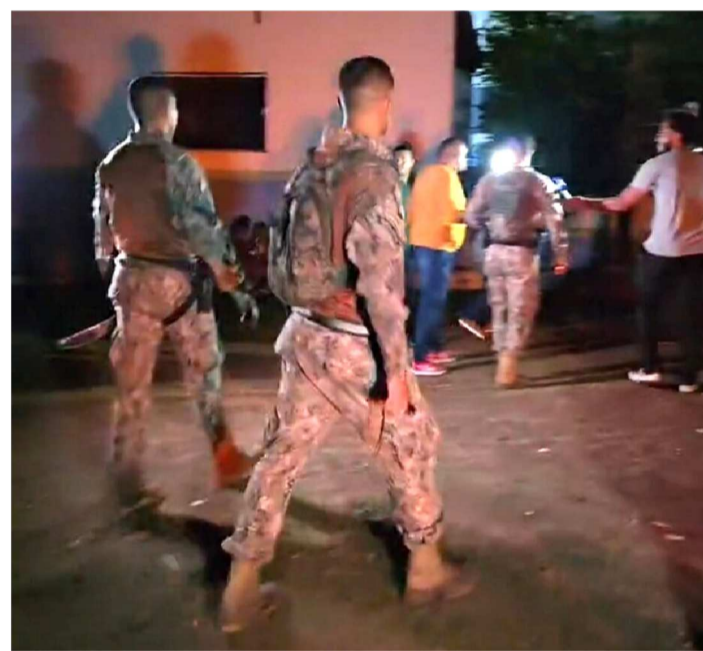
Com o reaparecimento de Wanderson Kauan, a esperança de encontrar Ágatha e Allan Michael com vida mobiliza toda a comunidade e as forças de segurança. De acordo com informações do próprio Kauan, outras duas crianças estariam com vida, também bastante debilitadas, em uma área de difícil acesso por conta da mata fechada.



A Polícia Civil agora investiga se Anderson conseguiu chegar à estrada por conta própria ou se foi deixado no local por terceiros.

**Perícia e investigação**

A investigação ganhou novos elementos na tarde desta terça-feira (6), quando a Polícia Civil apreendeu roupas sujas de sangue em uma residência que pertence à avó de Anderson Kauan. O material foi enviado para perícia para determinar se os vestígios biológicos pertencem às crianças desaparecidas.



Além da apreensão, um homem, que é companheiro da avó de uma das crianças, foi detido para prestar esclarecimentos. Embora ele negue qualquer envolvimento no desaparecimento, o indivíduo é alvo de denúncias de um suposto abuso sexual ocorrido no dia 1º de janeiro. O delegado Renato Aragão afirmou que, até o momento, não há provas que o vinculem diretamente ao sumiço dos menores, mas as investigações seguem em diversas frentes.

**Relembre o caso**

Três crianças de 8, 6 e 4 anos desapareceram, na tarde do último domingo (4), no Quilombo de São Sebastião dos Pretos, na cidade de Bacabal, a 250 km de São Luís.

As crianças foram identificadas como Anderson Kauan, 8 anos; Isabelle, 6 anos; e Michael, 4 anos, desapareceram volta das 15h. Buscas foram realizadas até o período da noite e madrugada de segunda, em regiões de mata e lago pelo Comando de Operações de Sobrevivência em Área Rural (Cosar) da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA), mas elas não foram localizadas.

De acordo com familiares das vítimas foram brincar no mato, quando desapareceram.

